

Estudos culturais latino-americanos: configurações de um sintagma

Alfredo Cordiviola¹

A última década do século XX esteve atravessada por dois debates que guiaram grande parte da produção intelectual e das polêmicas promovidas em diversos círculos acadêmicos do mundo. Os dois debates, e seus múltiplos desdobramentos, estavam imbricados entre si, em aspectos e posturas que dependiam dos locais e das situações particulares em que eram enunciados e re-enunciados, e dos modos em que se adequavam a cada contexto específico, marcado por urgências, necessidades e posicionamentos divergentes, que favoreciam uma constante multiplicação de ecos e reformulações, de traduções, de apropriações e de réplicas. Cronologicamente, o primeiro desses debates girava em torno dos possíveis sentidos a serem atribuídos a uma hipotética era – a pós-modernidade – e a um concomitante adjetivo ou condição – o pós-moderno. Já o segundo, que haverá de se intensificar na segunda metade daquela década, tinha a ver com as propriedades, as tradições, os objetos e as funções de um emergente campo de saber e/ou de atuação – os estudos culturais.

Em um mundo moldado pela queda do muro de Berlim, assim como pela desintegração das dicotomias instauradas pela Guerra Fria, pela intensificação dos processos de transnacionalização do capital, pela revolução tecnológica e pela mundialização sob a égide da hegemonia neoliberal, discutiam-se os significados do prefixo “pós”, ora visto como índice de uma continuação ou como evidência de uma falência definitiva do projeto inacabado da modernidade; como expressão de uma cultura global de massas que havia perdido as esperanças mobilizadas pelos anseios modernos e transformava o pastiche e a citação em recursos inefáveis, ou como o sintoma de um tempo posterior, que vinha a anunciar a superação de antigos dilemas. Os tempos pareciam favorecer os prognósticos acerca do inevitável fim (das ideologias, das utopias, do socialismo, do Estado, dos grandes relatos, da História) e incautos augúrios de futuras felicidades ou certezas (a teoria do derrame e as benesses das “leis” do mercado e do

¹ Doutor em estudos hispânicos e latino-americanos e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil. E-mail: alfredo.cordiviola@gmail.com

consumo irrestrito na esfera econômica, a desapareção da aparentemente obtusa ideia de nação na esfera política, o irrestrito acesso à informação e à expressão na esfera comunicacional, as quedas dos grandes divisores na esfera artística, o triunfo da autonomia individual sobre as coerções da máquina estatal e a exaltação do “multiculturalismo” na esfera social). Na América Latina daqueles primeiros anos da década dos noventa, imersa em complexos processos de redemocratização e acuada por recorrentes crises econômicas e pelas heranças e pendências legadas pelas ditaduras, o debate estava longe de se reduzir a uma discussão meramente conceitual ou academicista e apontava a legitimar – e, muito mais ainda, a questionar – os pressupostos e as conclusões que se tornariam hegemônicas ao longo da década. Nesse sentido, o resgate de certos autores – por exemplo, as releituras do marxismo e o caso emblemático de Walter Benjamin, principalmente nos campos intelectuais do Cone Sul, já a partir dos oitenta – assinalam as peculiaridades de uma disputa que, enquanto promovia a disseminação de textos e de modas teóricas originadas em outras geografias, impunha a necessidade de reinventar os instrumentos de interpretação a partir dos prismas e das imposições locais.

O outro debate, que se intensifica na segunda parte da década, obedece à difusão dos chamados estudos culturais. Embora apontem a uma genealogia muito anterior (que em língua inglesa remete tanto a Birmingham e aos trabalhos de Raymond Williams, J. P. Thompson e Richard Hoggart quanto às discussões promovidas por periódicos especializados, como *Social Text*), é nesse momento quando proliferam as polêmicas, impulsionadas pela consagração que o campo recebe nos círculos acadêmicos anglo-saxões e pela maior difusão das obras de autores diaspóricos muito influentes como Edward Said, Stuart Hall, Homi Bhabha e Gayatri Spivak. Esses autores e suas operações de leitura, que invocam o pensamento e as práticas de Marx e de Nietzsche, de Freud e de Heidegger, de Foucault e de Derrida, de Lacan e de Deleuze – tanto para reconhecer continuidades e iluminações teóricas quanto para apontar eurocentrismos, pontos cegos e omissões –, ajudam a instaurar por sua vez todo um feixe de reflexões relativas ao estatuto do pós-colonial e às assimetrias e representações instituídas pela expansão do capitalismo e dos imperialismos. Consolidam-se dessa forma as tramas que vinculam os estudos culturais, os estudos pós-coloniais e os estudos subalternos, o que acaba possibilitando a

emergência de outros temas e objetos de análise, ao situar o foco nas configurações e nas desigualdades da geopolítica ocidental.

No Brasil, um foro fundamental para discutir a ascensão e a pertinência dos estudos culturais foi a Associação Brasileira de Literatura Comparada, que através dos seus congressos e publicações se dedicou a analisar as fortes transformações pelas quais estava atravessando o campo disciplinar. Talvez não seja necessário relembrar aqui os motes e as perguntas que eram articulados nesses foros (“Literatura comparada = estudos culturais?”, “A crise da Teoria”, “A morte da Literatura” etc.), nem as objeções e reticências levantadas (por exemplo, por Leyla Perrone-Moisés e Luiz Costa Lima, entre outros). Poderíamos, entretanto, destacar os eixos e as projeções principais articuladas pelos debates, que apontavam antes de tudo a situar em primeiro plano uma interrogação profunda pelo estatuto da literatura e dos estudos literários. Os debates se dirigiam assim tanto ao objeto quanto ao campo de investigações; tanto a pensar as hipotéticas especificidades do literário, as funções da literatura e do valor estético quanto a definir os limites e as prerrogativas de uma área de atuação e a revisar as articulações e hegemonias presentes na crítica literária e seus modos de inserção no campo das humanidades. Os debates, portanto, no Brasil, como em outras latitudes, obrigavam mais uma vez a repensar os entrecruzamentos entre estética e política, a instaurar a diferença como ferramenta analítica, a questionar as relações entre “centros” e “periferias” nos espaços acadêmicos e os modos planetários de disseminação dos saberes, a redefinir as fronteiras do cânone através da interpelação mesma da noção (o que é um cânone?, como se forma?, quem decide as pertencas e as exclusões?) e da ampliação das suas fronteiras mediante a redefinição dos *corpora* e a inclusão de outros objetos de estudo antes invisibilizados ou ausentes.

Vistos em perspectiva, poderíamos então dizer que esses debates, que se deram, com suas particularidades, em várias das áreas de conhecimento das ciências sociais e das humanidades, tiveram pelo menos três notórias consequências nas formas de pensar e articular os saberes sobre a literatura. A primeira, questionar a noção mesma de “Literatura” e do “literário”. A segunda, gerar um certo consenso em torno das virtudes dos pensamentos e das práticas transdisciplinares. A terceira, fomentar diversas reformulações e adequações nas propostas de curso, nas disciplinas e nos projetos desenvolvidos no âmbito das

pós-graduações em Letras. Por outro lado, e talvez pelo efeito desta institucionalização, é possível observar a relativa cristalização de um jargão composto por conceitos aparentemente imprescindíveis (subalterno, híbrido, nomadismo, periférico, diáspora, entre-lugar etc.); esses conceitos podem ter sido vistos como modismos e como mera expressão de uma “doxa triunfante” que padroniza as ideias, mas também como uma possibilidade de questionar a língua falada e as maneiras de pensar as formas do ensino, da escrita e da pesquisa – afinal, como todo jargão, se existe, é para ser constantemente interpelado, e essa, em definitivo, poderia ser mais uma contribuição aportada pelas discussões sobre os estudos culturais.

Essas considerações preliminares, expostas de forma bastante sumária, nos levam agora a restringir um pouco mais o horizonte analítico para descrever as mudanças e desdobramentos provocados pela difusão dos estudos culturais no campo dos estudos sobre América Latina. Tentaremos mapear nas páginas seguintes os modos em que o repertório conceitual, os pressupostos e as concepções teóricas postas em circulação pelos estudos culturais impactaram na percepção e na compreensão da cultura, da história e da literatura latino-americanas ao longo destas últimas décadas.

Não se trata, contudo, de cair na armadilha, muitas vezes denunciada, de estabelecer os estudos culturais como mais uma área criada nas academias do Norte a fim de colonizar a produção de conhecimento da e sobre a América Latina, como se se tratasse de uma mera reinvenção dos estudos de área que, no contexto da Guerra Fria, surgiram com o intuito de aprofundar os conhecimentos sobre zonas do mundo consideradas estratégicas. Não se trata de revisar “aplicações do método” ou suplementos teóricos, nem de atribuir “influências” unidirecionais que são recebidas passivamente pelas academias do Sul. Não se trata de mapear os modos em que tendências ou perspectivas analíticas elaboradas fora da região são assimiladas, replicadas e adaptadas por epígonos ou divulgadores locais. Essa, aliás, tem sido, como vimos, uma crítica recorrente daqueles que definem os estudos culturais como mais uma moda acriticamente adotada e como mais um sintoma de imperialismo cultural. A questão, sem dúvida, é muito mais complexa e merece ser examinada para além das dicotomias simplificadoras. Simplificando: os apologistas dos estudos culturais se apresentam como modernizadores que procuram atualizar a teoria; os

críticos mais acérrimos se apresentam como denunciadores de uma impostura e percebem a difusão dos estudos culturais como mais um capítulo da teoria da dependência. Simplificando: pares de opostos tais como conservadorismo/renovação, artifícios da forma/funções do conteúdo, soberania intelectual/intervencionismo, globalização do saber/ardil da razão imperial, latino-americanistas “de fora”/latino-americanistas “de dentro” cumprem um papel importante tanto na atribuição de sentidos e legitimidades quanto na delimitação dos posicionamentos teóricos e políticos. Certamente, apresentadas desse modo, essas simplificações são muito elementares e evitam toda nuance, mas de alguma forma servem para sintetizar algumas posturas extremas e extremadas. O problema com essas antíteses é que são igualmente tão verdadeiras quanto falsas. Parafraseando Alberto Moreiras, são verdadeiras porque descrevem fenômenos concretos e são falsas porque não os descrevem suficientemente bem (Moreiras, 2001, p. 19).

Entretanto, além dessas antinomias, há também uma vasta bibliografia que evita formular o debate nesses termos e que, longe de negar, problematiza exaustivamente as contradições, as aporias e os horizontes de possibilidades que surgem toda vez que as palavras “estudos culturais” e “latino-americanos” conformam um único sintagma. Acompanhando a expansão e a paulatina institucionalização dos estudos culturais, esses aportes teóricos têm interrogado o estatuto disciplinar, as categorias epistêmicas, as capacidades de interpelação política e as condições enunciativas que regem as instáveis equações que vêm modulando esse sintagma dos anos noventa até hoje.

Um exemplo que constitui essa bibliografia é a obra *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*, organizada por Mabel Moraña em 2000. O volume, publicado no Chile, recolhe uma série de palestras proferidas na Universidade de Pittsburgh em 1998 e outros textos escritos especialmente para a publicação. Reúne (e também contrapõe) as aproximações de um vasto conjunto de destacadas figuras que estavam pensando e repensando a partir de uma perspectiva latino-americana o lugar do intelectual, as relações entre esferas globais e locais, as figurações da identidade e da memória, o conceito de nação, o papel dos movimentos sociais, a restauração da política, entre outros múltiplos aspectos que na virada do século conformavam o cerne dos debates sobre as projeções possíveis do latino-americanismo. Como revela o próprio título da obra, a proposta

discorre sobre o teor e os desdobramentos das eventuais novas perspectivas aportadas pelos estúdios culturais na contemporaneidade e aponta a formular várias interrogações que voltariam a ser interrogadas no interior dos heterogêneos aportes críticos que constituem a coletânea. Esses questionamentos deixam claro tanto as disjuntivas teóricas suscitadas pelos estudos culturais quanto a necessidade de pensar contra e a contrapelo de determinadas tendências e conceitos dominantes no campo intelectual globalizado e nas tradições do latino-americanismo. Assim, contra o anti-historicismo, o “multiculturalismo” e a “diferença” reinantes, Moraña pergunta: “como conhecer, a partir da celebrada épica da fragmentação, conjuntos sociais que embora resistam toda categorização niveladora revelam, contudo, uma especificidade que os reúne e diferencia de contextos maiores?” (Moraña, 2000, p. 10. Contra o conforto dado por categorias epistêmicas de fácil aplicação, pergunta:

como abordar, sem cair em arriscadas mas ainda pertinentes polaridades (hegemonia/subalternidade, centro/periferia, Norte/Sul, escritura/oralidade), os problemas criados pela desigualdade, a exploração, a marginalização, que sobrevivem além do apagamento relativo dos modelos interpretativos que serviram até poucas décadas para abordá-los crítica e politicamente? (Moraña, 2000, p. 10.)

E pergunta, amparada pela barra que no título divide e une o “desde” e o “sobre”, quais seriam as novas condições que repercutem na constituição desse velho objeto de conhecimento chamado “América Latina” em tempos de glocalização, imaginários migrantes e deslocamentos críticos: “como desconhecer os trânsitos e fluxos que vinculam distintas localizações geoculturais, inserindo sujeitos e práticas concretos em espaços supostamente alheios a aqueles que definem seu origem e sua genealogia?” (Moraña, 2000, p. 10). Na “Introdução” e nas páginas dos autores convocados, perguntas como essas, que, como vimos, são cruciais para entender do que se estava falando quando se discutiam os estudos culturais no contexto latino-americano; ecoam com força analítica e programática; são, evidentemente, instrumentos para a reflexão, para a observação do presente imediato, mas também recursos para formular as bases desse outro latino-americanismo que estava sendo articulado a partir das continuidades e rupturas com as tradições críticas forjadas desde o século XIX até os desenvolvimentismos e as ditaduras. Pois, segundo

mostram textos como esse, organizado por Moraña, entre as divergências e os diferentes enfoques teóricos, algo parecia estar claro nessa virada do século marcada pelas inflexões dos estudos culturais: que havia e que devia haver outras formas de pensar, de praticar, e também de questionar, o latino-americanismo.

Essas mesmas e outras inquietações estão também presentes no volume organizado por Santiago Castro-Gomez e Eduardo Mendieta, *Teorías sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización em debate). Publicado em 1998 (ou seja, no mesmo ano do simpósio de Pittsburgh), contava com a participação de alguns ensaístas que também estariam presentes no livro coordenado por Moraña (por exemplo, a própria Moraña, Hugo Achúgar, Nelly Richard, Alberto Moreiras), mas dava maior protagonismo a outros autores e a outras perspectivas, delimitadas em particular nos textos de Walter Dignolo, de Castro-Gómez e de Fernando Coronil. Esses autores – e outros como Arturo Escobar, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Zulma Palermo ou Catherine Walsh – participam, em diálogo permanente com o pensamento de Anibal Quijano e Enrique Dussel, do grupo de investigação que passaria a se chamar “modernidad/colonialidad”, uma rede de pesquisadores forjada através de vários nodos ao longo do continente (como Duke, Bogotá, Quito, La Paz), que já na sua própria conformação aposta a questionar as fronteiras entre “Norte” e “Sul” e a estabelecer uma crítica da modernidade, dos pressupostos e conclusões dos estudos culturais e pós-coloniais de tradição inglesa e dos postulados do dependentismo.²

Nos numerosos trabalhos desse grupo de investigação, os avatares do latino-americanismo contemporâneo estão estreitamente vinculados às dimensões epistêmicas que giram em torno das articulações da colonialidade. Longamente teorizado por Aníbal Quijano em suas implicações na produção de saber e de poder, esse conceito obriga a repensar a história latino-americana recente e atual através das configurações históricas desenhadas pela expansão europeia na era das navegações. O conceito aponta a um padrão de dominação que deve ser situado e compreendido a partir das reconfigurações do sistema-mundo produzidas no século XVI. Como escreve Quijano,

² Ver a esclarecedora “Introdução” em Castro-Gómez e Grosfoguel (2007).

A colonialidade do poder é um dos elementos constitutivos do padrão global de poder capitalista. Funda-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra basilar desse padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivas da existência cotidiana e a escala social. Origina-se e se mundializa a partir da América. Com a constituição da América (Latina), no mesmo momento e no mesmo movimento histórico, o emergente poder capitalista se torna mundial, seus centros hegemônicos se localizam nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa–, e como eixos centrais de seu novo padrão de dominação se estabelecem também a colonialidade e a modernidade (Quijano, 2000, p. 7).

As implicações desse conceito permitem, então, elaborar uma crítica da modernidade cujas repercussões e tramas gnoseológicas, longe de desaparecerem com a desintegração do colonialismo e as proclamações das independências, continuam se manifestando até o presente, tanto na definição de identidades geoculturais subalternas e de relações materiais de produção baseadas na hierarquização social quanto nos posicionamentos, funções e percepções da região dentro da geopolítica mundial. Criticar a modernidade e as perspectivas eurocêntricas supõe então redefinir a genealogia do “moderno”, uma genealogia que, como insiste Enrique Dussel, remontaria já não, à época, à ilustração e ao *sapere aude* kantiano, mas à implantação do imperialismo ibérico produzida dois séculos antes, ou seja, à própria emergência da quarta parte do mundo, a América (Latina), no horizonte europeu. O imperialismo cristão promove uma nova ordem, estabelece monopólios e, proclamando discursos universalistas (como os discursos da “limpeza de sangue” ou da superioridade étnica), transforma histórias locais em desenhos globais. O colonialismo não é um “efeito colateral” da modernidade eurocentrada, mas sua condição de possibilidade econômica, política e, fundamentalmente, epistêmica. Não haveria, portanto, modernidade sem colonialidade, esse *darker side of the Renaissance*, que, com seus dispositivos de domínio e exploração, leva à ocidentalização do mundo sob a hegemonia dos poderes europeus (ibérico, holandês, francês, inglês) que se estenderia até o século XX, quando emerge outro desenho global sob a égide da supremacia econômica e militar dos Estados Unidos.

Enfatizar então que a história mundial, e da América Latina em particular, estaria definida por essa matriz colonial do poder não se reduz apenas a praticar o revisionismo histórico nem a evidenciar um mero câmbio de filiação teórica, mas permite inferir toda uma série de decorrências para a compreensão dos processos históricos e sociais da região e para a prática crítica a eles vinculada. Analisar as lógicas da colonialidade implica se debruçar sobre os modos em que o “Novo Mundo” foi incorporado ao Ocidente enquanto periferia e sobre as práticas epistêmicas decoloniais que, como formas de resistência ou de alternativa, evocaram e invocam, desde os tempos coloniais até hoje, outros caminhos possíveis para o pensamento e para a ação. Estas articulações teóricas do grupo e a ênfase no chamado “giro decolonial” se apresentam assim como estratégias de resgate de formas liminares presentes e passadas e como combate contra a hegemonia neoliberal e as novas formas de colonialidade global triunfantes nos noventa. Em várias publicações, e inclusive através de um manifesto escrito por Walter D. Mignolo, o grupo reivindica a função dos gestos fundacionais e renovadores que aspiram a estabelecer outras cartografias críticas e a propugnar outros programas de intervenção que permitam alterar as representações e as relações de poder no interior das ciências sociais e das instituições. Como explica Mignolo,

A genealogia do pensamento de-colonial é pluri-versal (não uni-versal). Assim, cada nó da rede dessa genealogia é um ponto de despegue e de abertura que reintroduz línguas, memórias, economias, organizações sociais, subjetividades pelo menos duplas: o esplendor e as misérias dos legados imperiais, e a marca inapagável daquilo que existia convertida em ferida colonial; na degradação da humanidade, na inferioridade dos pagãos, os primitivos, os subdesenvolvidos, os não democráticos. A atualidade pede, reclama um pensamento decolonial que articule genealogias espalhadas pelo planeta e ofereça modalidades econômicas, políticas, sociais, subjetivas “outras” (Mignolo, 2007, p. 29).

Para cumprir esse ambicioso programa que visa postular “mundos e conhecimentos de outro modo”, é preciso colidir com certos enfoques dos estudos culturais e dos *post-colonial studies*. Enquanto há evidentes pontos de contato e tarefas em comum (a crítica ao eurocentrismo, às hierarquias raciais e de gênero, ao essencialismo, à ideia de progresso, à subalternização), há também modos de ver e pressupostos que

distanciam o projeto modernidade/colonialidade das pautas e assunções que atravessam as análises elaboradas no âmbito dos estudos pós-coloniais anglo-saxões. Essa distância tem a ver com a especificidade do debate latino-americano e com aspectos que parecem ignorados ou relegados nos *post-colonial studies*. Para tomar um caso particular, Mignolo coincide com Said na identificação do *locus enunciationis* ocidental como fator-chave da dominação imperial e na ênfase dada aos vínculos entre conhecimento e poder que, já assinalada por Foucault, é fundamental para entender o Orientalismo; não o critica por não ser suficientemente marxista nem por ser aparentemente funcional para a legitimação da globalização neoliberal, como fariam Alex Callinicos ou Aijaz Ahmad, mas por focar a análise no contexto europeu e ilustrado, esquecendo que esses processos que denuncia são uma consequência da formação do circuito atlântico colonial e dos seus modos de conhecimento do outro, instituídos muito antes. Esse seria “o grande silêncio que o livro de Said reforça”, como diz Mignolo:

sem ocidentalismo não há orientalismo, já que as colônias maiores, mais ricas e mais antigas’ da Europa não foram as orientais mas as ocidentais: as Índias Ocidentais e América do Norte. “Orientalismo” é o imaginário cultural do sistema-mundo durante a segunda modernidade, quando a imagem do “coração da Europa” (Inglaterra, França, Alemanha) substitui a imagem da ‘Europa cristã’ dos séculos 15 até meados do XVII (Itália, Espanha, Portugal) (Mignolo, 2000, p. 56).

Focar, como Said faz, nos discursos gerados na órbita do imperialismo inglês e francês permite inferir que a modernidade (que se legitima através da atribuição de sentidos a esse grande outro chamado “Oriente”) seria um fenômeno meramente intraeuropeu, fruto da Reforma, do Iluminismo, da Revolução Industrial e do fim do Antigo Regime francês. Desse modo, parece desestimar tanto o papel das potências ibéricas na conformação do sistema-mundo moderno e as condições macroestruturais do capitalismo que ele instaura (e que não foram “uma invenção liberal” do século XVIII) quanto as respostas e as resistências geradas por essa hegemonia no interior das populações submetidas à ocidentalização.

Discutir essa ideia de modernidade passa assim a ser uma ferramenta central para pensar o latino-americanismo contemporâneo. Dessa forma, o projeto diverge dos *post-colonial studies* porque estes se

ocupam do discurso colonial sem atentar para a estrutura econômica do capitalismo global. Mas também diverge das visões do sistema-mundo enunciadas por Immanuel Wallerstein e a teoria social, porque postulam as relações econômicas como determinantes do sistema-mundo capitalista e os discursos e as epistemes como derivados dessas relações. Como aponta Castro-Gómez,

os teóricos do sistema-mundo têm dificuldades para pensar a cultura, enquanto os teóricos anglo-saxões da pós-colonialidade têm dificuldades para conceituar os processos político-econômicos. Muitos investigadores do sistema-mundo reconhecem a importância da linguagem e dos discursos, mas não sabem o que fazer com eles ou como articulá-los à análise da economia política sem reproduzir um economicismo vulgar. De igual forma, muitos investigadores do pós-colonialismo reconhecem a importância da economia política, mas não sabem como integrá-la à análise cultural sem reproduzir um culturalismo vulgar (Castro-Gómez e Grosfoguel, 2007, p. 16).

O projeto modernidade/colonialidade se imagina assim como um complemento e uma retificação de ambos os enfoques, afirmando que a cultura não deriva dos processos econômicos, mas está entrelaçada a eles, segundo estaria demonstrado, por exemplo, na importância crucial dos discursos raciais nas configurações da divisão internacional do trabalho. Da mesma forma, também se autodefine em contraste com as narrativas teleológicas e essencialistas do anticolonialismo dos anos setenta, vinculado ao imaginário e às enunciações do nacional-popular, para propor uma crítica que revisa a história e o presente a partir de um paradigma planetário de análise; um paradigma que foge por igual dos reducionismos economicistas e das ilusões dos desenvolvimentismos que acabavam legitimando o lugar do “Ocidente” como modelo a ser seguido.

A “opção decolonial” surge assim como alternativa epistêmica e política que, em busca de uma racionalidade pós-eurocêntrica, venha a superar a própria ideia da “América Latina” tal como foi postulada a partir do século XIX. “Superar” significa nesse caso antes de tudo interrogar os pressupostos em que historicamente se baseia a afirmação da “latinidade”, enfatizar as exclusões que foi gerando e revisar os modos de pertencimento ou estranheza como essa categoria identitária vem a ser traduzida, apropriada a seu modo ou negada pelos diversos grupos sociais. Os afro-andinos e afro-caribenhos, os indígenas e os

chicanos são talvez os exemplos mais evidentes, entre outros, de subjetividades que mantêm um vínculo paradoxal com uma condição latino-americana que ao mesmo tempo inclui e margina, absorve e expele, mas que em todo caso opera como horizonte imposto ou desejado para formular outras estratégias e alternativas. Ou quiçá também para postular um eventual pós-ocidentalismo e a emergência de uma racionalidade pós-eurocêntrica, que permitam completar e redesenhar a descolonização dos séculos XIX e XX.

Assim, entre as discórdias, as polêmicas e as interseções que marcam os diversos posicionamentos e enfoques dentro do latino-americanismo, os estudos culturais ocuparam ao longo das últimas décadas um lugar de destaque dentro do campo, refratando e problematizando as encruzilhadas teóricas instauradas pelo presente. De José Rodó e José Carlos Mariátegui a Pedro Henríquez Ureña e Edmundo O’Gorman, de Darcy Ribeiro e Arturo Andrés Roig a Enrique Dussel e Ernesto Laclau, de Leopoldo Zea e Rodolfo Kusch a Antonio Cornejo Polar e Ángel Rama, os paradoxos da condição latino-americana reaparecem no pensamento do século XX sob as mais diversas formas e sentidos, e continuaram oferecendo pontos de partida para seguir pensando as particularidades, desafios e aporias que atravessam a ideia da América Latina. Pontos de partida que, em suas parciais singularidades, confluem na irregular composição do sintagma “estudos culturais latino-americanos”, criando as condições para o surgimento de um campo de possibilidades disperso em zonas de reflexão e de conflito. Dentro desse campo, permanece vigente a tarefa que os estudos culturais souberam colocar em primeiro plano a tarefa da Teoria: questionar todo enunciado, toda enunciação, toda certeza, e fazer desse questionamento o gesto basilar de todo latino-americanismo possível.

Referências

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (1998). *Teorías sin disciplina* (latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate). México: Miguel Ángel Porrúa.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (2007). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.

MIGNOLO, Walter (2000). *Local history/global designs*. Princeton: University of Princeton Press.

MIGNOLO, Walter (2007). El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago, GROSGUÉL, Ramón. *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. p. 25-46.

MORAÑA, Mabel (Org.) (2000). *Nuevas perspectivas desde/sobre América Latina: el desafío de los estudios culturales*. Santiago: Cuerpo propio.

MOREIRAS, Alberto (2001). *A exaustão da diferença: a política dos estudos culturais latino-americanos*. Belo Horizonte: UFMG.

QUIJANO, Aníbal (2000). Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (Comp.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em: <<http://goo.gl/6HDbuv>>. Acesso em: abr. 2014.

Recebido em maio de 2014.

Aprovado em julho de 2014.

resumo/abstract

Estudos culturais latino-americanos: configurações de um sintagma

Alfredo Cordiviola

Este ensaio revisa os debates e embates que, ao longo das últimas décadas, marcaram os vínculos entre os chamados estudos culturais e o latino-americanismo. Entre interesses comuns, pontos de convergência, contraposições e antagonismos, as tensões que caracterizam as duas partes de um sintagma como “estudos culturais latino-americanos” serviram para repensar os campos de estudo, as práticas e os saberes e também os modos pelos quais as ideias circulam e as políticas acadêmicas se estabelecem em um contexto marcado pela diversidade de locais enunciativos e pela reformulação das categorias epistêmicas.

Palavras-chave: estudos culturais, estudos latino-americanos, debates teóricos.

Latin american cultural studies: configurations of a syntagma

Alfredo Cordiviola

This paper reviews the debates and conflicts that, over the past decades, marked the links between the so-called cultural studies and Latin Americanism. Between common interests, points of convergence, contrasts and antagonisms, the tensions that characterize the two parts of a phrase such as 'Latin American Cultural Studies' served to rethink the field of study, the practices and knowledges and also the ways in which ideas circulate and academic policies are set in a context marked by the diversity of enunciative locus and by the reworking of epistemic categories.

Keywords: cultural studies, latin american studies, theoretical debates.